

## Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE**

### I – Apresentação

No dia 17/6/2019, as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia e receberam Manoel Vitor de Mendonça Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#). Participou como convidada a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos.

### II – Presenças

- **Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:** Deputada Rosângela Reis (Presidente) e deputado Thiago Cota.
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico:** Deputados Thiago Cota (Presidente) e Virgílio Guimarães e deputada Laura Serrano
- **Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:** Deputada Beatriz Cerqueira (Presidente), deputados Bartô e Coronel Sandro.
- **Comissão de Minas e Energia:** Deputados Guilherme da Cunha e Virgílio Guimarães (substituindo o dep. Ulysses Gomes).
- **Outras presenças:** Deputadas Leninha e Marília Campos e deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Gil Pereira, Gustavo Valadares, João Magalhães, Luiz Humberto Carneiro, Professor Irineu, Roberto Andrade, Sávio Souza Cruz, Ulysses Gomes e Zé Guilherme.

 **III – Discussões****1) Recuperação Fiscal**

Em sua apresentação, o secretário de Desenvolvimento Econômico abordou a situação fiscal do Estado – deficit orçamentário e elevada dívida pública – e defendeu ações de privatização combinadas com a adesão do Estado ao programa de recuperação fiscal da União como cruciais para a retomada da capacidade de investimento de Minas e a retomada do desenvolvimento. Descreveu também a estrutura de políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, quando ressaltou a diversidade, a complexidade e a amplitude de temas sob sua responsabilidade – ciência e tecnologia, promoção e captação de investimentos, desenvolvimento regional e apoio às cadeias produtivas –, o que demanda uma visão integrada do órgão.

**Compromisso do Secretário**

**Privatização:** realizar privatização de empresas públicas com o objetivo de ganho de eficiência e melhoria da situação fiscal.

**Regime de Recuperação Fiscal:** aderir ao regime de recuperação fiscal como pré-condição para a retomada da capacidade de ação estatal.

**COMPROMISSOS****2) Atração de Investimentos**

Sobre as ações em curso, abordou a adoção de medidas administrativas visando à otimização das empresas estatais sob o guarda-chuva da secretaria, basicamente a redução de conselheiros e a eliminação de suplentes, além da diminuição do número de diretorias e eliminação de cargos de vice-presidentes. Em seguida, apresentou cenários relativos à recuperação econômica do Estado no primeiro quadrimestre de 2019, especialmente o saldo de criação de postos de trabalho, os protocolos de intenção assinados e a carteira de projetos de atração de investimento em análise – com destaque para os investimentos já anunciados pela Fiat –, todos no âmbito do programa da secretaria denominado *#vempraminas*.

<p><b>Compromisso do Secretário</b></p> <p><b>Atração de empresas:</b> atrair empresas, trabalhando para melhorar o ambiente de negócios de Minas Gerais.</p>	COMPROMISSOS
<p><b><u>RQN nº 1.815/2019</u> (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)</b></p> <p>Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que seja retomada a implementação do projeto Aerotrópolis na região do Aeroporto Internacional de Confins, com base nas oportunidades de desenvolvimento a serem proporcionadas por esse aeroporto industrial e no planejamento de uso e ocupação do solo compatível com o projeto.</p>	REQUERIMENTOS

### 3) Planejamento e Desenvolvimento Regional

Por fim, apresentou outras ações da Sede realizadas no 1º quadrimestre, entre as quais as de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento – P&D –, a proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento para o norte e o nordeste de MG, o fomento ao artesanato, o protagonismo da atuação da representação mineira na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene –, as ações de regularização fundiária, o apoio à elaboração de planos diretores municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a proposta de elaboração de Plano Estadual de Mineração. Essa última ação tem como focos a criação de comitê inter-federativo, em conjunto com o Estado do Pará, a recomposição de danos nos casos de Mariana e Brumadinho e a verticalização das cadeias produtivas de extração mineral.

<p><b>Compromisso do Secretário</b></p> <p><b>Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais:</b> elaborar plano de desenvolvimento para as regiões norte e nordeste do estado.</p> <p><b>Plano Diretor dos municípios da RMBH:</b> apoiar os municípios da região metropolitana de Belo Horizonte na elaboração dos respectivos planos diretores municipais</p> <p><b>Plano Estadual de Mineração:</b> elaborar plano de forma a potencializar o desenvolvimento da atividade minerária, reduzindo seus impactos sociais e ambientais, e maximizando seu impacto econômico positivo.</p>	COMPROMISSOS
--	--------------

**RQN nº 1.760/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para que intensifique sua atuação, no âmbito de suas competências, no sentido de que as ações da Fundação Renova de recuperação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, ganhem ritmo e efetividade, notadamente para viabilizar a recuperação econômica dos municípios atingidos pelo desastre.

**RQN nº 1.804/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e ao presidente da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre a situação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – dessa região, com detalhamento sobre a etapa de elaboração ou consolidação em que se encontra e a previsão de encaminhamento a esta Casa do projeto de lei contendo o referido plano.

**RQN nº 1.810/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço para que acelerem as etapas de consolidação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – dessa região, com o posterior envio a esta Casa do projeto de lei contendo o referido plano, bem como para que fortaleçam a equipe de trabalho da mencionada agência.

#### **4) Diversificação produtiva da economia**

Deputados apresentaram os problemas decorrentes da crise da mineração nos municípios afetados pelos recentes desastres em barragens no Estado, bem como o exaurimento em curto ou médio prazo de várias minas. Abordaram-se também o problema da dependência de Minas Gerais do setor exportador de commodities agrícolas e minerais e a necessidade de se investir em novos setores da moderna economia, bem como de se desburocratizar a administração pública estadual, para se atraírem investimentos privados, dada a baixa capacidade de investimento estatal.

**RQN nº 1.668/2019 (Comissão de Minas e Energia)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – recebidos pelo Estado sejam efetivamente aplicados em ações de diversificação econômica em territórios mineradores, preferencialmente com foco na própria cadeia produtiva de extração mineral.

**RQN nº 1.762/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para que analise a viabilidade de se aplicar pelo menos parte dos recursos destinados obrigatoriamente para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – em pesquisas que permitam que, em médio e longo prazos, haja uma diversificação produtiva da economia mineira.

**RQN nº 1.763/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para que o órgão coordene efetivamente as ações do Estado visando à diversificação produtiva da economia mineira, inclusive nas regiões e municípios mineradores, seja através da atração de investimentos, do aperfeiçoamento tributário, da desburocratização, seja da destinação direta de recursos orçamentários estaduais.

**RQN nº 1.809/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para que se proponha e se defenda a tese, no Poder Executivo Estadual, de que os recursos arrecadados pelo Estado com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – sejam integralmente utilizados para fomentar a diversificação produtiva nos municípios mineradores.

**RQN nº 1.820/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para que seja regulamentada a Lei nº 22.381, de 5 de dezembro de 2016, que trata da política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores.

**RQN nº 1.827/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de informações ao secretário de Desenvolvimento Econômico sobre os projetos de iniciativa do Estado para a diversificação econômica de Minas Gerais, no sentido de se reduzir a dependência de commodities, especialmente da mineração.

## **5) Copasa, Cemig e Energias Renováveis**

Parlamentares ressaltaram que deve-se levar em conta pelo Poder Executivo a importância histórica, simbólica e econômica dessas empresas para Minas Gerais no bojo do possível processo de sua privatização. Houve também manifestação favorável às referidas privatizações.

Deputados frisaram que o Estado possui um elevado potencial de desenvolvimento da energia solar fotovoltaica e daquela derivada da biomassa, setores que, se desenvolvidos adequadamente, poderiam contribuir para o crescimento de todas as regiões. Ressaltaram que um tratamento tributário diferenciado para esses setores poderia impulsionar seu crescimento.

Em linhas gerais, o secretário respondeu às questões apresentadas pelos deputados, embora tenha salientado por algumas vezes que seu trabalho na secretaria estava apenas começando. Tal fato pode justificar tanto a afirmação dele de que várias ações propostas se materializariam nos próximos meses de gestão quanto seu desconhecimento de temas afetos à pasta, como a existência da Lei Estadual nº Lei nº 22.381, de 5 de dezembro de 2016, que trata da política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores, e de algumas questões relativas à Cemig e a seu possível processo de privatização.

Especificamente sobre os temas enfatizados anteriormente pela comissão, o secretário não os detalhou em sua apresentação, embora o relatório de gestão enviado previamente pela secretaria tenha abordado, em linhas gerais, esses assuntos de maneira mais detalhada. Restaram incompletas, contudo, informações sobre a situação atual do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como elementos mais concretos sobre qual vem a ser a política estadual de desenvolvimento regional adotada pela nova gestão.

Sobre questionamentos específicos acerca de um possível conflito de interesses do secretário e de indicações dele para conselhos da Cemig, ele confirmou, no primeiro caso, ter ações em empresas privadas. Mas, segundo ele, em respeito à legislação, deixou de exercer qualquer cargo diretivo nelas, nos termos da legislação. Em resposta à segunda questão, alegou que as indicações feitas por ele para conselhos da Cemig seguiram um viés estritamente técnico.

**RQN nº 1.783/2019 (Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para o desenvolvimento de política de incentivo à geração distribuída a partir de fontes de energia renovável, em especial a solar fotovoltaica, a eólica, a energia de biomassa e a de resíduos, com foco no tratamento tributário isonômico para as diversas fontes de energia e na agilização de processos de licenciamento ambiental, em consonância com os prazos de leilões de energia da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

REQUERIMENTOS

**RQN nº 1.836/2019 (Comissão de Assuntos Municipais)**

Pedido de informações ao secretário de Desenvolvimento Econômico sobre os impactos e os prejuízos na geração de energia para o Estado de Minas Gerais com a venda das Usinas Hidrelétricas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande, pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, que foram leiloadas no ano de 2017.

**6) Outros temas**

Outros temas também abordados por deputados e que foram discutidos na reunião foram:

- o projeto do Aeroporto Industrial em Confins – Aerótrópolis –;
- o programa Voe Minas Gerais;
- a existência ou não de programa para renovação da frota de veículos em MG;
- o Projeto de Lei nº 3.578/2016, que dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de startups;
- a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico do Estado; e
- o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – no fomento ao desenvolvimento econômico.

**RQN nº 1.708/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que sejam retomados e acelerados programas e projetos de regularização fundiária no Estado.

**RQN nº 1.759/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)**

Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre a execução de políticas públicas, programas e ações de governo para o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia no Estado.

**RQN nº 1.829/2019 (Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização)**

Pedido de informações ao secretário de Desenvolvimento Econômico sobre as iniciativas de investimentos na agricultura familiar como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado.